

A EPISTEMOLOGIA DO TERRITÓRIO E AS PERSPECTIVAS TERRITORIALISTAS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Daniele Bonapace dos Santos Lencina

GRUPO DE TRABALHO: GT1: Desenvolvimento regional, planejamento, governança, controle social e gestão do território

RESUMO: O artigo discute a Epistemologia do Território como chave para compreender as interações entre espaço geográfico, sociedade e economia. Propõe-se uma abordagem crítica que investiga como essas relações moldam os processos de desenvolvimento, especialmente diante dos desafios contemporâneos. Com base em autores como José Reis, Arilson Favareto, Carlos Brandão e Sergio Boisier, argumenta-se que o território deve ser concebido não apenas como dimensão física ou administrativa, mas como uma construção social marcada por relações de poder, identidades, cultura e história. A perspectiva territorialista destaca o espaço como elemento estruturante das dinâmicas socioeconômicas e possibilita uma leitura mais precisa das desigualdades regionais, da segregação urbana e da exclusão social. Nesse contexto, as políticas públicas passam a ser analisadas a partir de sua capacidade de incorporar as especificidades territoriais, valorizando as dinâmicas locais e as múltiplas dimensões que compõem o espaço social. O território, assim, é compreendido como sujeito ativo nos processos de desenvolvimento, e não apenas como cenário passivo de intervenções externas. A epistemologia do território, ao integrar as múltiplas dimensões, constitui uma excelente base para compreender o desenvolvimento de maneira mais equitativa, resiliente e atenta às especificidades de cada realidade local.

Palavras-chave: Território. Desigualdade. Governança. Desenvolvimento Regional.

INTRODUÇÃO

A Epistemologia do Território exerce papel fundamental na compreensão da posição e relevância dos territórios nas dinâmicas sociais e econômicas. As

perspectivas territorialistas na economia se consolidaram especialmente ao longo do século XX, impulsionadas pela crescente percepção de que o espaço não pode ser negligenciado como dimensão fundamental para a interpretação da realidade socioeconômica.

Essa abordagem reconhece que as características geográficas, como localização, recursos naturais, infraestrutura e redes sociais locais, desempenham um papel determinante na configuração dos padrões de desenvolvimento econômico e social. Como destaca José Reis (2005), "o território não é apenas um espaço físico, mas uma construção social moldada por poderes políticos, econômicos e culturais".

Essa compreensão do território como construção social amplia as possibilidades de análise, ao incorporar fatores simbólicos, históricos e relacionais que influenciam a dinâmica dos territórios. Segundo Arilson Favareto (2022), pensar o desenvolvimento a partir da tríade atores, ativos e instituições permite compreender como o capital social, o conhecimento local e as capacidades institucionais moldam os caminhos do desenvolvimento regional. Nesse sentido, o território passa a ser um espaço vivo de interação entre estruturas materiais e práticas sociais, no qual se constroem identidades, se consolidam desigualdades e se elaboram estratégias de resistência e inovação.

TERRITÓRIO E AS PERSPECTIVAS TERRITORIALISTAS

Ao investigar o papel dos territórios na configuração das estruturas sociais atuais, é importante considerar como as relações de poder e as hierarquias sociais se reproduzem, ou são contestadas, em diferentes contextos espaciais. Elementos como classe, gênero, etnia e identidade se entrelaçam com o espaço e moldam dinâmicas territoriais marcadas por desigualdades. A partir

dessa ótica, a abordagem territorialista permite perceber a relação entre espaço geográfico, poder e desigualdade como algo indissociável.

Nessa perspectiva, o território não é apenas o pano de fundo onde os processos sociais acontecem, mas um agente que participa da produção das desigualdades. Certas populações acabam sendo sistematicamente marginalizadas por conta de onde vivem e das relações que ali se estabelecem. Milton Santos (1996) destaca que o espaço funciona com base em uma lógica seletiva, em que fluxos de capital, serviços e políticas públicas tendem a favorecer alguns lugares em detrimento de outros. A abordagem territorialista ajuda a identificar essas assimetrias e a construir caminhos para uma maior justiça territorial, levando em conta as especificidades locais e a multiplicidade de atores que moldam o território.

Refletir sobre como as características dos territórios influenciam o acesso a recursos, oportunidades e poder permite identificar desigualdades que precisam ser enfrentadas. Isso é essencial para desenvolver estratégias de intervenção mais efetivas. Favareto (2022) reforça essa ideia ao afirmar que uma abordagem territorial baseada na tríade atores, ativos e instituições oferece uma estrutura poderosa para compreender as dinâmicas econômicas, sociais e políticas que moldam os territórios.

Essa perspectiva também se mostra útil na análise de fenômenos como a segregação urbana e a exclusão social, especialmente nas grandes cidades. Ela contribui para o desenho de políticas públicas mais sensíveis à realidade de diferentes grupos sociais, orientadas para a promoção da justiça espacial e da inclusão.

Durante muito tempo, as ciências sociais deixaram o espaço em segundo plano, priorizando análises centradas em classe, economia ou relações de poder descoladas do território. Na economia, por exemplo, os modelos tradicionais de

equilíbrio geral ignoravam a dimensão espacial, o que acabou estimulando o surgimento de estudos territorialistas que passaram a dar atenção à diversidade dos fenômenos sociais conforme o lugar onde ocorrem.

Com o avanço dessas abordagens, ficou mais claro que os processos sociais não acontecem de forma homogênea no espaço. Cada território tem sua própria lógica, marcada por trajetórias históricas, culturais e institucionais. Essa mudança de olhar trouxe à tona a importância de análises que combinem as dimensões sociais, econômicas e espaciais. Como ressalta Raffestin (1993), o território é sempre fruto de uma apropriação e produção social do espaço, permeada por relações de poder e simbolismos. Valorizar essa dimensão espacial permite uma leitura mais rica e situada da realidade, o que é fundamental para pensar políticas públicas que façam sentido nos diferentes contextos territoriais.

Com base no texto *Uma Epistemologia do Território*, de José Reis (2005), fica evidente como o espaço influencia diretamente as relações sociais, políticas e econômicas. Para o autor, o território é mais do que uma construção social: ele está em constante transformação, moldado por alianças políticas, disputas por direitos e a atuação de movimentos sociais. Isso faz do território um elemento ativo, que tanto interfere quanto é transformado pelas ações humanas.

Seguindo essa linha, Arilson Favareto (2022) destaca que as estratégias de desenvolvimento regional mais eficazes são aquelas que reconhecem as singularidades de cada território e mobilizam seus recursos, junto aos atores sociais e às instituições locais. Essa estrutura analítica ajuda a compreender as dinâmicas territoriais de forma integrada e abre espaço para soluções mais sustentáveis, participativas e inclusivas.

Dentro dessa perspectiva, o território deixa de ser visto apenas como cenário e passa a ser compreendido como parte do próprio processo social. As

formas de ocupação e uso do espaço revelam e condicionam as relações sociais. Isso mostra que políticas públicas que desconsideram as características específicas de cada território tendem a reforçar desigualdades, ao aplicar modelos uniformes a realidades muito distintas. A epistemologia do território propõe justamente superar essas abordagens genéricas, incentivando uma leitura mais situada e sensível à diversidade.

Carlos Brandão (2007) também reforça essa ideia ao mostrar que o território não é apenas um espaço físico, mas também simbólico, carregado de significados culturais e afetivos. Essa dimensão, muitas vezes ignorada em análises técnicas e economicistas, é essencial para entender os modos de vida e as identidades construídas nos territórios. Quando essa dimensão simbólica é considerada, o planejamento e a gestão territorial se enriquecem com saberes locais, estratégias de sobrevivência e formas próprias de organização social.

Boisier (2001) contribui ao enfatizar que o desenvolvimento territorial depende do fortalecimento das capacidades locais e das instituições. Não basta investir em infraestrutura: é preciso também desenvolver capital humano e social. Nesse cenário, a governança territorial ganha destaque, articulando diferentes atores (Estado, setor privado e sociedade civil) em torno de um projeto comum de desenvolvimento. O desafio está em criar arranjos institucionais que respeitem a autonomia dos territórios e promovam cooperação e justiça espacial, transformando o território de um fator de exclusão em um vetor de cidadania e equidade.

A epistemologia do território, nesse contexto, se mostra uma ferramenta potente para repensar alternativas mais justas aos desafios socioeconômicos atuais. Muitas dessas abordagens incorporam também aspectos éticos, ao buscar uma reorganização do espaço que promova mais equidade. A ideia é

pensar políticas e práticas que estejam conectadas às realidades locais, permitindo uma ocupação mais justa e equilibrada dos territórios.

A leitura territorialista, nesse sentido, se esforça para compreender a singularidade de cada território, levando em conta tanto sua base material e histórica quanto as relações sociais que nele se constroem. Essa abordagem amplia o olhar sobre o desenvolvimento e aponta caminhos para formas mais equilibradas e solidárias de convivência, valorizando a diversidade e reconhecendo diferentes formas de existência.

Assim, entender os territórios como espaços vivos e únicos permite construir políticas públicas que respeitem suas particularidades, favorecendo um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Ao reconhecer a multiplicidade de formas de organização social, a abordagem territorialista ajuda a romper com modelos homogêneos e centralizadores, fortalecendo a participação social e o protagonismo das comunidades na definição de seus próprios projetos de futuro.

No contexto das dinâmicas globais, fenômenos como a globalização, a inovação tecnológica e as mudanças climáticas têm um impacto direto na competitividade e sustentabilidade das regiões. Boisier (1996) destaca que “as regiões devem responder aos desafios globais por meio de estratégias de desenvolvimento que integrem aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais”.

Diante desses desafios, torna-se fundamental adotar políticas públicas com uma abordagem holística e participativa. A governança multinível, que envolve governos, sociedade civil, setor privado e academia, é essencial para garantir que as ações territoriais sejam legítimas e eficazes. Nesse processo, a participação cidadã ganha papel central, funcionando como um elemento-chave na formulação e gestão das políticas regionais.

Além disso, a governança multinível permite articular diferentes escalas (local, regional e nacional) possibilitando que as especificidades de cada território sejam levadas em conta nas estratégias de desenvolvimento. Essa integração favorece políticas públicas mais alinhadas às necessidades reais das comunidades, promovendo justiça social e territorial. Sem essa coordenação, os esforços podem acabar fragmentados, resultando em ações desconexas e pouco efetivas.

A participação cidadã, por sua vez, não deve ser encarada só como uma formalidade, mas como um processo constante de empoderamento social. Quando as pessoas participam diretamente das decisões, seus conhecimentos e necessidades locais enriquecem as políticas, garantindo maior legitimidade e sustentabilidade dos projetos. Essa interação fortalece a democracia e ajuda a construir territórios mais inclusivos, onde a diversidade cultural e social é respeitada e valorizada.

Uma abordagem holística exige integrar diferentes saberes e disciplinas para entender a complexidade das dinâmicas territoriais. Isso significa que as políticas públicas precisam considerar as dimensões ambiental, econômica, social e cultural de maneira articulada. Assim, é possível enfrentar os desafios atuais promovendo um desenvolvimento equilibrado e resiliente, que respeite as potencialidades locais e os limites dos ecossistemas onde os territórios estão inseridos.

Por fim, valorizar o território como uma variável ativa implica abandonar visões deterministas e fixas. A perspectiva territorialista reconhece que as estruturas sociais são mutáveis, mudando conforme o tempo e o espaço. Por isso, é preciso compreender processos que atravessam diferentes escalas e níveis de ação, como aponta Carlos Brandão (2010): “a abordagem trans-escalar

permite superar o localismo e considerar a complexidade das relações espaciais que envolvem diferentes níveis de ação e decisão”.

A ideia de uma análise trans-escalar está ligada à necessidade de superar leituras que se limitam ao local e ignoram como as ações e decisões em outras escalas (regional, nacional ou global) influenciam diretamente os territórios. Políticas implementadas em um nível muitas vezes geram impactos em outros, o que exige articulação entre escalas e entre diferentes atores institucionais.

Essa abordagem ganha ainda mais relevância diante da fragilidade das soluções localistas, especialmente no caso brasileiro, onde muitas regiões dependem fortemente de atividades baseadas em commodities, como agricultura, mineração e agroindústria. Como observa Brandão (2003), esse tipo de especialização produtiva pode gerar vulnerabilidades estruturais e não garante um desenvolvimento sustentável ou socialmente inclusivo.

A leitura trans-escalar, nesse cenário, ajuda a entender como as dinâmicas locais estão profundamente conectadas com contextos mais amplos. Decisões tomadas em instâncias superiores, como políticas econômicas nacionais ou acordos internacionais, afetam diretamente as condições de vida e as oportunidades de desenvolvimento nos territórios. Isso mostra a urgência de estratégias mais integradas, capazes de lidar com desafios complexos como a desigualdade social e a degradação ambiental.

Além disso, a forte dependência de setores exportadores expõe os territórios a choques externos, como variações nos preços internacionais ou crises econômicas globais. Essa vulnerabilidade evidencia a necessidade de políticas que incentivem a diversificação produtiva, fortaleçam economias locais e aumentem a resiliência dos territórios frente às instabilidades externas. A análise trans-escalar contribui justamente nesse sentido, ao orientar estratégias

que levem em conta tanto os potenciais internos quanto os condicionantes externos de cada região.

Assim, a articulação entre diferentes escalas e atores institucionais pode fortalecer modelos de governança mais democráticos e eficientes. A cooperação entre governos, setor privado, sociedade civil e movimentos sociais é essencial para formular políticas mais justas e sustentáveis, que reconheçam as especificidades territoriais e as complexas interações entre espaço, economia e sociedade. A análise trans-escalar, portanto, se mostra uma ferramenta importante para repensar a ação pública e avançar em políticas inclusivas e inovadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para romper com ciclos de dependência e vulnerabilidade econômica, é fundamental promover a diversificação produtiva, fortalecer as cadeias locais e investir em inovação e qualificação das pessoas. Esses esforços precisam levar em conta as particularidades de cada território, reconhecendo-o como uma categoria ativa de análise e ação. O território, nesse sentido, orienta políticas públicas voltadas para inclusão, cidadania e dignidade humana.

Mais do que um simples recorte geográfico, o território deve ser visto como um conceito estruturante da análise social e econômica. Ele é uma ferramenta potente para entender os processos contemporâneos e pensar formas mais justas de organização social. Compreender o território como uma construção social ajuda a direcionar o desenvolvimento regional para caminhos que respeitem a diversidade local e promovam maior equidade.

A diversificação econômica, quando enraizada nas especificidades de cada lugar, exige que se vá além dos setores tradicionais. É necessário valorizar os recursos locais e criar oportunidades sustentáveis que promovam a

autonomia econômica, incentivem o empreendedorismo e estimulem a inovação adaptada às realidades regionais. Isso fortalece tanto a economia quanto a identidade local.

Essa perspectiva destaca o papel do capital humano e social na construção de trajetórias próprias de desenvolvimento. Ao valorizar os saberes locais e investir nas capacidades endógenas, os territórios conseguem criar respostas criativas e eficazes para seus desafios. Isso permite romper com modelos prontos e homogêneos que, muitas vezes, não dialogam com as realidades concretas da população.

Para que isso aconteça, é essencial reconhecer os territórios em sua complexidade. Cada região tem uma combinação única de elementos naturais, históricos, culturais e sociais que devem ser vistos como ativos e não como entraves ao desenvolvimento. Um olhar sensível às diversas dimensões do espaço local é condição para construir estratégias mais coerentes e eficazes.

A diversidade territorial, longe de ser um problema, deve ser entendida como um patrimônio coletivo. Ela é fonte de inovação e resiliência. Como afirma Etges (2024, p. 11), é preciso “apreender os fenômenos em sua processualidade e totalidade”, reconhecendo o território como resultado da interação histórica entre sociedade e natureza — e não como um dado fixo. Trata-se de um espaço de produção de identidade, sentidos e pertencimento.

Valorizar os elementos simbólicos e afetivos do território amplia a noção de desenvolvimento. Ao lado dos indicadores econômicos, aspectos culturais e sociais precisam ser considerados na formulação de políticas públicas. Essa abordagem mais integrada e humana contribui para estratégias de desenvolvimento mais alinhadas com os modos de vida locais.

A epistemologia do território, ao articular essas diferentes dimensões, oferece uma base sólida para políticas públicas mais sensíveis e eficazes. Ela

permite que essas políticas dialoguem com as práticas socioculturais da população, favorecendo a inclusão social e a justiça territorial. Com isso, avança-se na construção de políticas capazes de transformar realidades sem desprezar suas especificidades.

Romper com lógicas de centralização e homogeneização é um passo essencial para fomentar trajetórias de crescimento mais autônomas. Ao valorizar as vocações locais e articular redes de cooperação e inovação social, é possível fortalecer as capacidades dos territórios e abrir caminhos para formas sustentáveis de desenvolvimento. A proposta de Etges, ao integrar história, natureza e sociedade, fornece uma base teórica e metodológica poderosa para esse tipo de transformação.

A discussão sobre desenvolvimento regional tem ganhado força nos debates atuais sobre justiça social, sustentabilidade e inclusão. Diante das desigualdades territoriais e da concentração de oportunidades em poucas regiões, pensar alternativas que partam das singularidades locais torna-se um desafio urgente. A diversificação econômica aparece como uma estratégia promissora, capaz de ampliar a autonomia das regiões e promover inclusão produtiva de forma justa e duradoura.

Contudo, diversificar exige mais do que mudar setores produtivos. É preciso investir em arranjos locais, valorizar saberes comunitários e apostar nas potencialidades específicas de cada região. O fortalecimento do capital humano e social é indispensável para o desenvolvimento de soluções criativas e adequadas às realidades locais. Dessa forma, rompe-se com modelos padronizados e pouco sensíveis às diferentes formas de vida nos territórios.

Essa mudança exige também um novo referencial teórico. A epistemologia do território surge como alternativa potente, permitindo captar os processos sociais e espaciais em sua complexidade. Como aponta Etges (2024,

p. 11), é necessário “apreender os fenômenos em sua processualidade e totalidade”. Com isso, o território deixa de ser apenas um suporte físico e passa a ser entendido como um espaço dinâmico, onde natureza, cultura, economia e política se entrelaçam.

A partir dessa concepção, fica evidente que os territórios são diversos e não comportam soluções únicas. Cada localidade tem seus próprios recursos naturais, saberes culturais e laços sociais, que devem ser reconhecidos como componentes essenciais do desenvolvimento. A diversidade territorial é um ativo, não um entrave, e precisa ser incorporada às políticas públicas de forma contextualizada.

Incluir aspectos simbólicos, afetivos e identitários no planejamento do desenvolvimento amplia a capacidade de compreender os fatores que moldam os territórios. Isso permite construir políticas mais sensíveis às culturas locais, às práticas cotidianas e aos saberes tradicionais. Uma abordagem humanizada favorece estratégias que dialogam diretamente com a vida das pessoas e promovem justiça social e espacial.

Pensar o desenvolvimento a partir das singularidades dos territórios exige uma visão integrada. Os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais não estão separados, eles se entrelaçam na constituição dos espaços e na forma como as pessoas vivem e se organizam. Por isso, é fundamental recolocar o território no centro do planejamento público, como espaço vivo de práticas e relações sociais.

Essa perspectiva abre caminho para repensar as relações de poder, as formas de organização social e as estratégias de desenvolvimento. Ao transformar o território em agente, e não apenas cenário, fortalece-se a ideia de que o desenvolvimento precisa respeitar a diversidade e promover a equidade.

Territórios, assim, passam a ser protagonistas na construção de sociedades mais justas, resilientes e sustentáveis.

Reconhecer o território como categoria ativa amplia sua função. Ele deixa de ser apenas uma referência geográfica e passa a ser um espaço dinâmico de relações sociais, políticas e econômicas. Isso contribui para políticas públicas mais participativas e eficazes, que contemplem a pluralidade de experiências e realidades presentes em cada lugar.

Por fim, ao posicionar o território como conceito estruturante da análise social e econômica, constrói-se uma nova forma de pensar o desenvolvimento. Essa mudança epistemológica permite ver os territórios não como receptores passivos de políticas, mas como agentes ativos de suas próprias trajetórias. Essa concepção é essencial para que o Brasil avance rumo a políticas públicas mais enraizadas, plurais e comprometidas com a dignidade humana. A epistemologia do território, nesse sentido, oferece uma base teórico-metodológica sólida para a construção de um novo paradigma de ação pública, mais justo e sintonizado com os desafios do nosso tempo.

REFERÊNCIAS

BOISIER, Sergio. Nuevas fronteras para la política regional en América Latina. Ciudad y Territorio Estudios Territoriales, p. 809-820, 1999.

BOISIER, Sergio. El desarrollo en su lugar:(el territorio en la sociedad del conocimiento). Pontificia Universidad Católica de Chile, Instituto de Geografía, 2003.

BOISIER, Sergio. ¿ Hay espacio para el desarrollo local en la globalización?. OIDLES Observatorio Iberoamericano del Desarrollo Local y la Economía Social, v. 1, n. 1, 2007.

BRANDÃO, Carlos T. O que é desenvolvimento territorial?. In: ABRAMOVAY, Ricardo (org.). Paradigmas do desenvolvimento rural brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BRANDÃO, Carlos T. Territórios e desenvolvimento: a transição para o século XXI e os desafios da territorialização. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Maria E. B. (org.). Territórios e territorialidades: *teorias, processos e conflitos*. São Paulo.

BRANDÃO, Carlos T. *O local e o global: o desenvolvimento local e os territórios*. In: FAVARETO, Arilson (org.). Desenvolvimento e território: teorias, experiências e políticas. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FAVARETO, Arilson; SILVEIRA, R.; KARNOPP, E. O desenvolvimento regional em perspectiva: uma abordagem territorial baseada na tríade atores, ativos e instituições. SILVEIRA, R.; KARNOPP. Atores, Ativos e Instituições: o desenvolvimento regional em perspectiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, José. Uma epistemologia do território. Estudos sociedade e agricultura, v. 13, n. 1, 2005.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.